

# Educação Fundamental pede socorro

**Nelson Guimarães Proença**

Um bom começo para esta discussão é recordar o trabalho que o ex-Ministro da Educação, Professor e Filósofo Renato Janine Ribeiro, desenvolveu durante os apenas seis meses em que esteve à frente do Ministério, no primeiro semestre de 2015. Destaco a divulgação dos dados recolhidos pela “Avaliação Nacional de Alfabetização”, uma demonstração de responsabilidade de Administrador Público. Estes dados vinham sendo mantidos longe dos olhos da população, pois comprovavam o lamentável retrocesso que vem ocorrendo no Ensino Fundamental, em todo o Brasil.

A meta do Plano Nacional de Educação era que toda criança, ao terminar a terceira série do Ensino Fundamental, estivesse lendo e escrevendo correntemente e, ainda mais, com a tabuada inteiramente memorizada, permitindo a realização das operações aritméticas. A realidade demonstrou o contrário, pois 53% dos escolares matriculados, em todo o País, foram incapazes de corresponder ao esperado, nos testes comprobatórios. Ficou exposto o fracasso da Educação Fundamental, a existência de uma maioria de analfabetos mesmo após três anos de ensino, o que representa um desafio que precisa ser corretamente compreendido e enfrentado, exigindo uma revisão do que vem sendo feito, no Ensino Público.

A honestidade do Ministro Janine Ribeiro provocou desagrado no Governo Federal de então, daí o Ministro ter sido substituído por alguém mais habituado a alardear conveniências e a esconder inconveniências, sempre tendo em vista apenas os interesses da Política.

As preocupações do Ministro demitido estavam corretas: é preciso avaliar a base em que está alicerçado o Ensino Público. Ele propunha e esperava que todos participassem desta discussão, insistiu para que o Plano Nacional de Educação fosse realmente analisado e discutido entre o Magistério e a População, buscando a integração de ambos. Sua preocupação era corretíssima, pois é a partir da composição Escola-Família que poderemos alcançar os melhores resultados.

Quando a criança encontra em sua própria casa o apoio para levar adiante seus deveres, para obter esclarecimento e orientação de suas dúvidas mais simples, quando recebe o incentivo de familiares para leituras auxiliares, tudo isto faz com que ela avance muito mais rapidamente. O reverso também é verdadeiro, pois, se o ambiente doméstico é desfavorável, seja por que motivo for, o progresso da criança é muito mais lento.

Claro que há exceções, no que se refere a esta maneira simples de ver as coisas. Mas seguramente o que dissemos é a regra. Caberia então indagar: o ambiente vivencial familiar está hoje mais ou menos propício para que a Educação atinja os objetivos propostos?

A resposta a esta pergunta não pode ser precipitadamente dada. Exige um trabalho de campo feito de casa em casa, de família em família, permitindo conhecer melhor as condições do componente socioeconômico-familiar, pois são estas condições que decidirão sobre o sucesso ou o insucesso da proposta de integração Escola-Família.

Quando nos colocamos neste ângulo de análise, temos de concluir que a discussão do Plano Nacional de Educação não pode ser feita apenas nos limites do binômio educadores-famílias. É necessário que se constitua um tripé de apoio, pois a participação do setor de Assistência e Promoção Social é indispensável. É este setor que constatará as condições de vida existentes na intimidade das famílias, são estas condições que representarão fatores favoráveis, ou desfavoráveis, para o aprendizado das crianças.

Educadores e Assistentes Sociais, intelectualmente comprometidos com os objetivos a serem alcançados, precisariam redigir o texto de um verdadeiro “recenseamento” e partir para o trabalho de campo. Isto demanda estrutura e tempo, mas é algo que tem de ser urgentemente feito.

Um projeto de grande porte, com largo horizonte, como foi previsto e proposto pelo ex-Ministro Renato Janine Ribeiro, precisa ter diretrizes claramente estabelecidas. Mas a montagem dos alicerces não pode ficar limitada às salas da burocracia federal ou estadual. Estes alicerces exigem marcante presença municipal, pois o sucesso de um novo programa educacional depende essencialmente da participação das Prefeituras, de suas Secretarias e de seu pessoal, todos convictos de sua fundamental importância, para o futuro da Nação.

Há urgência! É hora de começar o trabalho de campo, é hora de introduzir novos métodos de aprendizado, é hora de perseguir e atingir os índices de alfabetização compatíveis com o conceito de País civilizado.

**Nelson Guimarães Proença**  
Membro da Academia de Medicina de São Paulo

